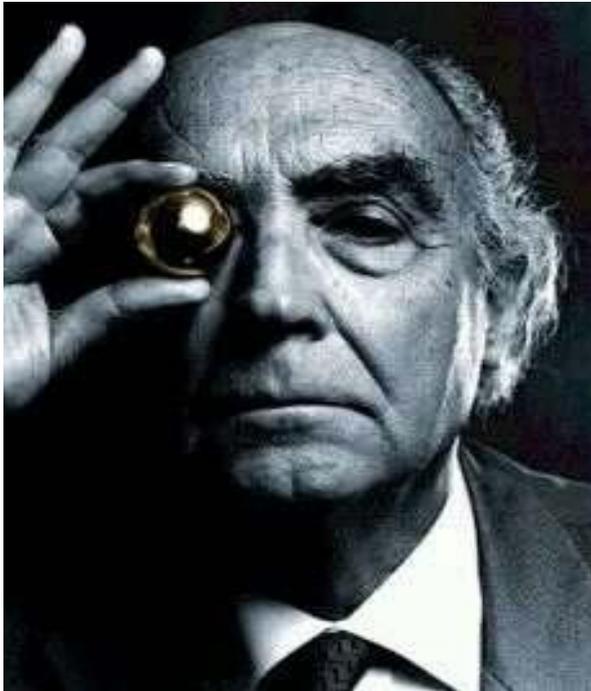


Para “a navegação venturosa” dos anos 80,
contávamos com boas lentes de aumento e
conseguíamos ver muito além do horizonte.

*(parafrazeando título da obra de Francisco de Oliveira
e imagem de Saramago)*



(Agência Carta Maior – dia 24/08/2004)

**O significado epistemológico e político da metáfora da navegação para uma
leitura da história da educação brasileira, a partir dos Anos 80.**

Maria de Fátima Felix Rosar

1- Identificando mapas e cartas de navegação

A epígrafe deste texto apresenta uma síntese conceitual e imagética que
compreende o título da obra de Francisco de Oliveira¹ e a imagem de Saramago. Com

¹ OLIVEIRA, Francisco de. “A navegação venturosa” (Introdução) In: Francisco de Oliveira (org.)
Economia. São Paulo, Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais – Celso Furtado).

essas referências, inicio a minha participação no conjunto de Seminários e Víde-Conferências promovidos pelo Histedbr, em 2005, como atividade preparatória à comemoração dos 20 anos de existência do Grupo de Pesquisa – História, Sociedade e Educação no Brasil, do Departamento de Filosofia e História da Educação da Unicamp. O título “Navegando pela História da Educação”, que denomina o Projeto dos 20 anos do Histedbr, inspira uma leitura historiográfica, que nos permite elaborar conexões, entre os portos da travessia histórica que se faz em tempos longos e em tempos de média e curta duração.

Com esta produção, que ora compartilho com os companheiros desta vídeo-conferência, e os integrantes do Histedbr em todo o território nacional, em que se faz uma primeira aproximação sobre o Estado da Arte da História da Educação, a partir de 1984, pretendo levantar âncoras, para dar início à navegação, buscando ajustar as velas, para enfrentar os ventos fortes que têm desafiado os pesquisadores que, nos anos 70 e 80, se alinharam às perspectivas da historiografia crítica, filiada ao materialismo histórico-dialético.

Diz um autor desconhecido, que o pessimista queixa-se do vento, o otimista espera que ele mude de direção e o realista ajusta as velas. Identifico-me com esse navegador que ajusta as velas, porque seria impossível fazer uma releitura dos anos 80, utilizando novos instrumentos de navegação, embora já estejamos no quinto ano do século XXI, portanto distanciados por 20 anos, da década de 80, do século passado.

Mesmo que possamos nos impressionar com a menção que se faz à passagem do século XX para o século XXI, bem sabemos que esse período histórico não foi suficientemente longo², para que nos fizesse esquecer a rota de navegação realizada, no limiar da abertura democrática, quando os segmentos combativos da sociedade, unificados por um interesse nacional amplo, lutaram pela construção de um Estado democrático, após 20 anos de ditadura militar.

² Hobsbawm delimitou o século XX entre 1914 e 1991, considerando o fim da era soviética.

Essa referência à passagem do século XX para o século XXI, contempla o período da mudança do regime militar para o regime democrático, desdobrado em diversos episódios, nos quais se confrontaram forças políticas antagônicas, sem que se tenham alterado, substancialmente, as relações sociais estabelecidas entre as diferentes classes que compõem a formação econômica, política e social do país.

Portanto, do ponto de vista histórico, não estamos distantes do período do regime militar, como não estamos distanciados da memória dos movimentos sociais e políticos, que construíram a transição democrática. Também estamos conscientes acerca da identidade do Estado Nacional que se estabeleceu, materializando um regime de alianças entre os setores conservadores e os que se denominavam de “progressistas”, tal como se delineou nos anos 80, 90 e se mantém no atual momento político do Brasil.

Retomando a rota da navegação que se fez, do período da transição democrática até a atualidade, e ajustando nossos instrumentos de navegação, poderemos, mesmo com limites, realizar um balanço do significado epistemológico e político que se consolidou como resultado da investigação acadêmica, no âmbito da educação e da prática social dos educadores, historiadores, dos cientistas sociais e políticos, dos economistas políticos e demais pesquisadores que tangenciaram os temas educacionais, definindo um marco teórico-prático, que propiciou a expansão do pensamento crítico na área da história da educação no Brasil, principalmente, nos anos 70, 80, até meados dos anos 90.

2- Ajustando as velas para navegar na História da Educação.

A dialética dos movimentos sociais, durante os anos de resistência e construção da democracia, foi impulsionada, fundamentalmente, pelos segmentos da sociedade, que militavam nas organizações sindicais e estudantis e no território das universidades públicas, onde intelectuais, alinhados ao pensamento crítico e ao campo das forças

políticas de esquerda, militavam nas organizações de oposição às forças conservadoras, predominantes na constituição do Estado ditatorial e do Estado “democrático” gerado no seio dos mesmos setores que deram sustentação ao golpe militar.

Essa relação orgânica entre a atuação acadêmica e a inserção em espaços públicos de debate e de luta social e política, foi de algum modo uma das características mais significativas do processo de formação de educadores e intelectuais da década de 80. Vale lembrar, rapidamente, que nos períodos anteriores da história da educação, haviam se destacado como líderes de processos de reformas educacionais os intelectuais que ocuparam a burocracia do Estado. Portanto, nos anos 80 e 90, as frentes de construção de uma nova hegemonia não ocupavam esse lugar, que foi, predominantemente, o lócus privilegiado da burguesia e dos representantes do pensamento liberal, quer seja na versão mais conservadora ou na versão modernizadora, que expressa, igualmente, a perspectiva de conservação do modelo societário e de Estado, que convém às classes dirigentes do país.

Os educadores, ao longo da história da educação no Brasil, tiveram sua formação definida, predominantemente e, em grande parte, pelos intelectuais que ocuparam destaque no âmbito do Estado, na medida em que as Escolas Normais e os Institutos de Educação públicos foram os ambientes institucionais destinados a essa finalidade educacional.

Entretanto, mesmo sendo o Estado responsável pelo financiamento da formação dos educadores, prevaleceu, entre o final do século XIX e o primeiro quartel do século XX, uma perspectiva teórica e metodológica fundamentada numa visão metafísica do homem e da história, diretamente vinculada à influência da Igreja, da qual se originavam os professores das escolas normais e, posteriormente, dos cursos de Filosofia e Pedagogia.

A partir dos anos 30, começaram a se modificar os cursos de magistério, em nível médio e em nível superior, tendo a renovação dos seus quadros liderada pelos profissionais, que haviam incorporado uma nova visão de mundo. Surgiram os grandes nomes da educação nacional, como Anísio Teixeira, Fernando Azevedo, Lourenço Filho, Paschoal Lemme, e os demais Pioneiros da Educação.

Do confronto das diferentes concepções de mundo, de educação e de história, explicitado no debate entre os representantes da concepção tradicional e da concepção escolanovista, destacou-se a dimensão da política, como sendo elemento fundamental na formação dos educadores, mesmo quando esses profissionais, alinhados à vertente deweyana, da escola americana, tentavam mediante suas proposições para as reformas educacionais, colocar em primeiro plano as dimensões pedagógicas e técnicas para o funcionamento de sistemas educacionais estaduais.

Posteriormente, nas décadas de 60 e 70, foram sendo elaboradas outras tendências de orientação teórica para a formação dos educadores, que se derivaram da própria situação econômica e política instalada no país, com o advento da ditadura militar. As inovações pedagógicas desse período, implementadas mediante as reformas educacionais impostas pelo governo militar, destacavam a importância da concepção tecnicista e pragmática, como requisito para garantir a eficiência e a produtividade da escola fundamentada no modelo empresarial, desde o processo de planejamento até à avaliação dos processos formativos, em nível de ensino médio e superior.

Nos anos 80, a transição entre a ditadura e um regime de normalidade democrática permitiu a introdução de novas perspectivas teóricas e metodológicas, que balizaram o debate sobre a educação pública, gratuita, democrática e de qualidade. As concepções de educação tradicional, escolanovista e tecnicista foram reinterpretadas, de forma crítica, a partir da ótica da pedagogia dialética.

Os trabalhos pioneiros de um conjunto de intelectuais, que tiveram papel predominante nos programas de pós-graduação das principais universidades

brasileiras, durante os anos 80, produziram um divisor de águas no grande oceano das produções científicas, permitindo-nos compreender a enorme diferença de conteúdo entre as pedagogias críticas e as pedagogias não-críticas, o pensamento educacional crítico marxista e o pensamento educacional integrado à ordem liberal conservadora.

Nesse contexto acadêmico, Dermeval Saviani destacou-se no conjunto desses intelectuais, produzindo, durante as últimas três décadas, uma vasta contribuição, que delimitou novos vetores para a formação das gerações de pesquisadores na área da história da educação. Os pós-graduandos que estiveram sob a sua orientação, nos programas de mestrado e doutorado da Universidade Federal de São Carlos, da PUC-SP e da Unicamp tiveram a oportunidade de mergulhar num campo teórico, que havia sido diluído, durante os anos da ditadura, embora sua constituição no Brasil remontasse às raízes epistemológicas da primeira geração de pesquisadores e intelectuais críticos, formados nos anos 50 e 60, Paulo Freire, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda, Edgard Carone, Luiz Pereira, Fernando Novais, Carlos Guilherme Mota, Emília Viotti da Costa, Boris Fausto, João Cruz Costa, Victor Nunes Leal, Luciano Martins, Dermeval Trigueiro Mendes, Maria de Lourdes Mariotto Haidar, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado, e tantos outros, tão importantes quanto os citados, embora menos referenciados nos programas de pós-graduação.

O contato com as obras, de grande parte desses intelectuais, exerceu forte influência sobre a produção dos educadores críticos dos anos 80 e 90, principalmente, aquela que se identificou com o materialismo histórico-dialético, enquanto uma opção ideológica, política e epistemológica consciente e crítica, em relação ao cenário nacional, no qual se ampliavam as desigualdades sociais e o aprofundamento do sistema dualista de escola, herdado desde a colônia.

Os educadores e historiadores da educação, confrontados pelas evidências da situação crítica do país, foram elaborando suas perspectivas de análise sobre as relações entre a educação, a cultura, a economia e a política, a partir da constatação de que seria impossível compreender os problemas educacionais como sendo autônomos,

em relação ao modelo econômico diretamente vinculado ao processo de internacionalização da economia e de atrelamento aos países hegemônicos, como consequência das alianças estabelecidas entre as elites, que definem o cenário mundial, predominantemente, no que diz respeito à divisão internacional do trabalho, do capital e do mercado de trocas comerciais, industriais e culturais.

A vigorosa vertente do pensamento crítico na área da educação, cujas raízes epistemológicas alcançaram o pensamento marxista e, particularmente, as obras de Marx e Gramsci, repercutiu de modo muito significativo na produção da historiografia da história da educação, considerando-se sua divulgação ampliada, em espaços acadêmicos e sindicais, que se articulavam, criando uma onda densa e ampla, que impulsionava a intervenção efetiva dos educadores críticos, na definição de estratégias de luta em defesa da escola pública de qualidade, gratuita e democrática.

Diferentemente das primeiras gerações de educadores da República, os representantes do pensamento crítico educacional, nos anos 80 e 90, não se encontravam nas hostes do estado, mas ocupavam os espaços possíveis de debate e divulgação de novas perspectivas de análise da educação, indicando-a como dimensão efetiva do processo de transformação da realidade social do país.

Esta posição, entretanto, não significava uma negação do Estado, como instância a ser abolida, embora os educadores mais identificados com o pensamento anarquista pudessem defender práticas de auto-gestão e de eliminação da burocracia do Estado. Na realidade, os educadores marxistas, que alcançaram maior visibilidade com a divulgação de suas obras, defendiam a demolição do Estado burguês, visando à construção de um Estado de caráter socialista, fazendo a defesa de uma estratégia de luta ideológica mais próxima da compreensão de Gramsci, reconhecendo-se que somos elementos constituintes do Estado, cuja estrutura resulta das relações estabelecidas entre a sociedade civil e da sociedade política.

Tornaram-se obras de referência na área da educação de um modo geral e de história da educação, de um modo particular, teses e dissertações que foram avaliadas pelas editoras como publicações importantes para o momento histórico de construção de novas possibilidades de organização da sociedade nacional.

Embora seja impossível fazer um levantamento bibliográfico completo e uma análise do conteúdo dessas obras no limite dessa vídeo-conferência, creio que é relevante destacar alguns desses autores, pesquisadores e militantes, que se tornaram amplamente conhecidos no Brasil: Casemiro dos Reis, Dermeval Saviani, Betty Oliveira, Carlos Roberto Jamil Cury, Maria Elizabeth Xavier, Gaudêncio Frigotto, Miriam Warde, Ester Buffa, Paolo Nosella, Luiz Antonio Cunha, Vanilda Paiva, Miriam Limoeiro, Lisete Arelaro, José Luís Sanfelice, José Willington Germano, José Claudinei Lombardi, Maria de Fátima Costa Felix, Vitor Henrique Paro, Newton Duarte, Sérgio Castanho e muitos outros educadores que participam coletivamente da historiografia da história da educação brasileira.

3 - As fortes ondas e seus impactos no pensamento e na prática dos navegadores

Em situações adversas de navegação, em meio a ondas fortes e violentas, os navegadores têm algumas alternativas: deixar-se alcançar pelas ondas e ser tragado por elas, deixar aquela embarcação e alterar sua rota, navegando em direção a outros mares, utilizar-se de todos os seus instrumentos, tornando-os mais precisos, para conseguir desviar-se dessas ondas e, ao ajustar suas velas, retomar seu roteiro de viagem, uma vez tendo decidido alcançar o seu porto de ancoragem.

Apreciando como é o meu caso, a paisagem que nos permite observar o movimento das marés, as maiores do Brasil, na ilha de São Luís-Maranhão, sinto-me privilegiada no sentido de explorar a metáfora da navegação para a análise historiográfica, cujo esboço de rota apenas tentarei traçar, em grandes linhas, neste momento, pois esta é uma empreitada difícil e que levará um longo período de investigação. Seguir esse roteiro de viagem pode significar navegar, sempre em direção

ao horizonte e não, necessariamente, atracar a embarcação, mesmo que você tenha indicações do ponto de chegada, porque, na realidade, sempre existirão novos pontos de chegada, a cada vez que se alcançar mais lucidez e mais explicitação dos elementos que compõem a tessitura da História.

O que poderia nos levar a deixar-nos tragar pelas ondas e incorporarmo-nos a ela, com toda sua magnitude de impacto?

Essa analogia com as ondas pode nos levar também à idéia de moda, de sedução, de enamoramento narcíseo, por tudo que nos conduz a momentos de projeção e de aplauso.

Embora reconheça os limites de proposições, que expressam vieses de caráter subjetivo, analisando-se a partir de dados mais objetivos da realidade da produção intelectual, é possível identificar que nos momentos mais marcantes do avanço do pensamento acadêmico no Brasil, em diversas áreas de conhecimento, pode-se perceber que o processo de aproximação a determinados referenciais teóricos e metodológicos, para muitos pesquisadores, alguns deles reconhecidos pelo seu prestígio junto aos organismos internacionais e instituições universitárias renomadas, se assemelha à forma de como alguém adere a uma nova vaga, a uma nova moda. O instrumental é usado para produzir idéias, pesquisas, que possibilitem ao pesquisador alcançar maior visibilidade, enquanto estiver adequado aos seus interesses mais particulares e individuais, enquanto estiver em moda.

Ora, estando centrados em interesses mais pertinentes ao seu universo subjetivo, a esses pesquisadores pouco importa que uma grande onda lhe possa alcançar, porque sua embarcação não será atingida. Os navegadores abandonarão o barco e pularão para a grande embarcação reluzente que singra em meio às grandes ondas e serão assimilados como parte da sua tripulação.

Para os navegadores que saem de sua embarcação e alteram sua rota, navegando em direção a outros mares, pode - se imaginar diferentes cenários. Na condição de quase náufragos, dado o enfrentamento das adversidades dos processos de navegação na rota original, a alternativa de mudarem de embarcação, mudarem de direção, buscarem novas rotas, novos mares e navegarem em direção às águas mais tranquilas, permite-lhes encontrar bem-estar pessoal e grupal, ao mesmo tempo, em que conseguem alcançar também alguns graus de influência, em círculos que se afinam pela articulação de práticas de criação de escolas de formação de pesquisadores e de práticas de investigação, em processos de navegação menos complexos, menos temerosos, e mais prazerosos, porque menos relacionados aos grandes cenários de problemas de ordem mundial. No seguro abrigo de pequenas ilhas de excelente qualidade climática, os navegadores encontram a tranqüilidade para degustar as novidades dos novos mares, refinando seu paladar e apurando o gosto pelo que sempre foi apreciado pelas elites.

Os teimosos navegadores que não se deixam intimidar pelas grandes ondas e lutam contra os ventos fortes, fazendo movimentos contínuos, para ajustarem as suas velas, parecem decididos a não alterarem sua rota de viagem, embora admitam fazer novos percursos e incorporar aos seus mapas de navegação as informações e elementos de natureza diversa, que lhe permitam realinhar seus instrumentos, possibilitando-lhes uma percepção mais profunda e apurada, do modo de navegar e de ancorar, potencializando suas alternativas de travessias em muitas águas, sem perder a direção que lhes move em busca do ponto de chegada, ou dos possíveis pontos de chegada.

4- Os significados epistemológicos e políticos da metáfora da navegação na história da educação

Desde o ano de 1986, um grupo de pesquisadores reunidos no programa de doutorado de filosofia e história da educação da Faculdade de Educação da Unicamp, sob a orientação de Dermeval Saviani, decidiu realizar a construção de uma área de

pesquisa unificada pela perspectiva do materialismo histórico-dialético, de modo que pudesse articular os integrantes desse grupo, que contava com representantes de diversos estados da federação.

Essa estratégia de fortalecimento, em nível nacional, correspondia à necessidade de se ampliarem os estudos historiográficos, de caráter amplo e profundo, para a análise das questões cruciais da história da educação, relacionadas à escola pública em todos os seus níveis de ensino.

O conjunto das teses que foram produzidas pelo grupo já significava, em certa medida, o início dessa construção epistemológica de grande alcance, dado o amplo espectro contemplado nas temáticas que foram priorizadas por cada pesquisador.

Ao lado da necessidade de fortalecimento da área, era muito nítida a situação de restrições que se mostravam, cada vez mais ampliadas para o desenvolvimento de pesquisas, que estivessem alinhadas a um pensamento crítico de viés marxista. Estávamos em pleno período de restabelecimento do regime democrático, porém a forte intervenção das forças conservadoras, deixaram entrever, desde o momento em que se realizou o processo indireto de eleição presidencial, que embora os militares tivessem se retirado do cenário, os seus aliados dariam seqüência à política de franca reconstituição das alianças dos diversos setores da burguesia nacional.

A Assembléia Constituinte teve uma configuração de franca vantagem para os setores de centro e de direita e as políticas que se desdobraram a partir da promulgação da Constituição de 1988, demonstraram quanto limitada era a possibilidade de avanços, com o predomínio das forças econômicas e políticas que dominavam o parlamento.

Assim, era muito evidente que os intelectuais identificados com o campo das forças de esquerda continuariam a receber duas formas de tratamento mais conhecidas, para que fosse enfraquecido o seu trabalho de hegemonização das classes

médias e populares. Por um lado, muitos foram atraídos para exercerem funções no aparelho de estado e, por outro lado, a grande maioria continuou vivenciando os processos de discriminação ideológica, que se realizam de forma sutil e, nem por isso, menos nocivas.

Essa situação agravou-se, principalmente, quando a queda dos regimes socialistas, dos países do Leste Europeu, desencadeou uma verdadeira campanha ideológica de implosão da perspectiva marxista, sendo seus representantes tomados como alvo fácil de críticas, de caráter pessoal e profissional, criando-se uma onda de descrédito em relação aos trabalhos daqueles que se mantiveram nessa posição teórico-metodológica, sem se deixarem seduzir ou sucumbir, pelas práticas de desvalorização de sua pesquisa, mesmo quando os avaliadores reconheciam seus méritos.

Episódios de recusa de financiamento para projetos individuais, e até para projetos coletivos do Histedbr, ilustram as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores de História da Educação vinculados a esse grupo, que apesar de todos os percalços completará 20 anos de produção da historiografia da história da educação, tendo contribuído efetivamente para o avanço da perspectiva historiográfica crítica, tal como se pode analisar nas obras que foram publicadas pelo grupo, ao longo das duas décadas de sua existência.

Reitero a avaliação que fez José Claudinei Lombardi, em seu texto História e Historiografia da Educação: atentando para as fontes, publicado no livro Fontes, História e Historiografia da Educação³, quando afirma a necessidade de se refletir, profundamente, sobre a trajetória do Histedbr, a partir do modo como materializou-se enquanto grupo de pesquisa de âmbito nacional, a partir dos seguintes pontos:

³ LOMBARDI, J. Claudinei & NASCIMENTO, M. Isabel M. (orgs.) Fontes, História e Historiografia da Educação. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Curitiba, Pr : Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2004.

“ – uma primeira contribuição residiu no fato de o Histedbr ter possibilitado superar a produção individual de pesquisas no âmbito da história da educação, iniciando na área um caminho que mostrou-se altamente fértil para a produção acadêmica: constituir-se num coletivo de pesquisadores que implementou a formação de grupos de pesquisadores em história da educação por todas as regiões do país;

- a articulação de um amplo conjunto de professores, pesquisadores e outros interessados pela história da educação brasileira, e que não tinham, antes da criação da SBHE, nenhuma instância organizativa;

- o incentivar ao levantamento e catalogação de fontes e que levaram a uma proliferação assustadora de projetos de pesquisa (coletivos, de iniciação científica, de mestrado e de doutorado), que possibilitaram um melhor entendimento de nossa história da educação;

- o estímulo e a socialização de uma vasta produção sobre a educação no Brasil, notadamente sobre a escola pública e sobre educadores que contribuíram para ampliar nacional, regional ou localmente.” (CLAUDINEI, 2004:171-172)

Muitos dos nossos trabalhos ressaltaram as diferenças entre as diferentes escolas históricas, entretanto, nossa pretensão, enquanto grupo, foi de estabelecer diálogos entre pesquisadores de diversas tendências historiográficas, ainda que predominassem posições mais fechadas e, portanto, menos permeáveis, no sentido de relativizarem suas posições anti-marxistas.

Mesmo quando nem sempre se tinha uma posição mais consensual no Histedbr, em relação aos protagonistas de movimentos de restrição aos pesquisadores alinhados ao marxismo, Dermeval Saviani tentou manter uma posição de franca acolhida aos menos convergentes, fazendo uma prática de diálogo contínuo. Entretanto, é evidente que nem por isso diminuíram as distâncias, alcançando ampla divulgação em muitos textos produzidos por alguns integrantes do GT de História da Educação da Anped.

Um desses textos ilustra de que modo se construiu uma interpretação histórica que merece atenção, pelas marcas de uma relação inegável entre o nível macro e o nível micro, embora afirme a necessidade de descartar a história total:

“ Os anos noventa, entretanto, marcaram no campo da historiografia educacional latinoamericana o fim da história total e o fim da redução da história da educação à história das políticas educativas. A valorização da fonte primária, localização e análise, na construção de estudos historiográficos levou os historiadores da educação a questionar as macro interpretações e a tentar conhecer o particular, voltando-se para a micro- história. Salvo os estudos enraizados no pontual, as análises têm buscado compreender o particular na sua relação com a sociedade mais ampla, dialogando com a historiografia mais macro político. No entanto, não apenas a explosão das fontes foi responsável por esta viragem. Novas maneiras de interrogar os objetos e, mais, a preocupação em atentar para as estratégias de naturalização desses objetos no campo educacional são procedimentos que têm se mostrado fecundo nas abordagens historiográficas, propondo novos olhares para com conhecido. Michel Foucault e, especialmente, Roger Chartier são referências cada vez mais constantes nos trabalhos de campo da história da educação como justificativas dessa preocupação com o particular, com a singularidade.” (VIDAL & GVIRTZ, 1999:71)⁴.

Na mesma publicação, da qual se extraiu esse trecho, que divulgou os trabalhos do GT da Anped, sob o título: Pesquisa sobre História da Educação, Perspectivas de Análise, Objetos e Fontes⁵, Dermeval Saviani teve o seu texto publicado com o título História das Idéias Pedagógicas – reconstruindo o conceito, em que ressalta:

“A perspectiva teórico-metodológica que orienta a pesquisa pode ser caracterizada sucintamente, como um esforço de superação dos limites dos paradigmas

⁴ VIDAL, Diana & GVIRTZ, S. IN: FILHO, Luciano Mendes. Pesquisa em história da educação.....

⁵ FILHO, Luciano Mendes (org.) Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes. Belo Horizonte: HG Edições, 1999.

tradicionais da historiografia representados pelo positivismo e pelo presentismo (SCHAFF, 1974) mantendo uma interlocução ativa e crítica com as correntes atuais que resultaram da “Escola dos Annales” (BURKE, 1991), atentos, porém, aos riscos a elas inerentes de incidência relativista ou irracionalista (CARDOSO, 1994,1997). Em termos gerais, a perspectiva referida pode ser traduzida através dos seguintes princípios: a) caráter concreto do conhecimento histórico-educacional;b) perspectiva de “longa duração”; c) olhar analítico-sintético no trato com as fontes; d) articulação do singular e do universal; e) atualidade da pesquisa histórica.” (SAVIANI, 1999:10-12)

Parece relevante ressaltar que o significado político dessas diferenças se reflete na constituição de novas gerações de pesquisadores em todo o país, muitos dos quais sem mesmo alcançar as raízes epistemológicas e políticas mais profundas dessas posições, tornam generalizada, de forma, muitas vezes vulgar, a crítica aos marxistas ou aos representantes dos Annales. Formam-se escolas que passam a reproduzir as mesmas referências, as mesmas fontes, as mesmas críticas, fazendo com que se retarde a superação desse divisor de águas que somente se dará, quando os interesses mais gerais e amplos da pesquisa historiográfica, possam nos conduzir a novas sínteses superadoras da matriz dicotômica que ainda está presente, na produção do pensamento educacional brasileiro, o que impede que se unifiquem esforços que poderiam ser direcionados para a construção de um projeto de país, com desenvolvimento singular, alternativo às velhas e conhecidas fórmulas de funcionamento do capitalismo em todos os setores, inclusive no setor editorial.

Embora meu retorno ao Maranhão tenha comprometido o desenvolvimento da minha pesquisa, que apenas se iniciou, enquanto estive na Unicamp, como docente do Departamento de Filosofia e História da Educação e, mesmo que existam produções recentes, tratando das diversas perspectivas historiográficas, não perdi de vista a necessidade de que se possa compreender, historicamente, como se produziu e como se aprofundou, nas duas últimas décadas, o confronto entre as diferentes tendências da historiografia da história da educação no Brasil, com a participação efetiva dos projetos das editoras que mais se destacam na área de ciências humanas e sociais. Por essa

razão é que ainda desejo dar continuidade a minha pesquisa sobre a **Programação editorial recente da área da história da educação no Brasil : perspectivas historiográficas plurais.**

Os autores e as obras que têm alcançado a divulgação dos seus trabalhos, através das principais editoras nacionais especializadas no campo das ciências humanas e sociais, constituir-se-ão como nosso objeto de análise, partindo-se da hipótese de que as dicotomias entre paradigmas epistemológicos distintos e opostos no campo da história e da história da educação, principalmente representados pela vertente da historiografia crítica, e a vertente antropológica-etnográfica, podem ter se diluído ou se acentuado nos anos 90, no Brasil.

As indagações que ressaltaram aos meus olhos ainda são pertinentes. Teríamos apenas incorporado, em tempos de franca superação em outros países, mais uma moda importada em períodos de hegemonia dos conservadores? Seria possível afirmar que reproduzimos na prática da pesquisa uma batalha ideológica que produz impactos cuja repercussão poderá contribuir para a sua negação, em futuro próximo? Quando nos convenceremos de que a história é dialética, independentemente da nossa vontade?

Os argumentos críticos que mais, comumente, estão sendo divulgados, desde a década de 90, pelos nossos interlocutores antimarxistas, dizem respeito, sobretudo, ao fato de que as leituras da história da educação foram, predominantemente, centradas nas dimensões das políticas educacionais, das concepções de educação, e, ainda, nas análises que estabeleceram uma relação entre a produção do conhecimento, da economia e da política e os mecanismos de desenvolvimento do capitalismo.

Sob minha ótica, fazendo analogia à imagem de Saramago, contida na epígrafe deste texto, em que ressalto o uso de lentes de aumento, que nos permitem ver para além do horizonte, foi a elaboração de análises de caráter macro-histórico, na área da história da educação, nos anos 80 e 90, que possibilitou, com seu conteúdo explicativo, a compreensão da necessidade histórica de posicionamento explícito dos

educadores, em face dos movimentos que realiza o capitalismo em nível mundial, nacional e local, permitindo-nos fortalecer, mediante a prática do debate teórico, ideológico e político, a categoria da contradição, materializada no processo estruturante, que atinge o Estado e a sociedade civil, entretanto está permeado pela possibilidade de se expandirem os movimentos de resistência e de intervenção na realidade social.

Como afirma Sanfelice,

“ A reforma educacional promovida pelos governos militares, especialmente, a reforma universitária de 1968, a legislação de 1971, todas as medidas da chamada Nova República com a Constituição de 1988, a Nova LDB, os acordos MEC-Usaid, os acordos com as agências internacionais para financiamento da educação e os inúmeros mecanismos de controle que o Estado desenvolveu nos últimos anos para a área com certeza respondem tendencialmente às mudanças da formação que o capitalismo assume no Brasil. O mesmo se pode dizer das intervenções bem ou mal sucedidas que se originaram na sociedade civil e apareceram como demandas sobre o Estado: do movimento estudantil dos anos 1960, passando pelos interesses da Igreja Católica, dos empresários da educação, das instituições empresariais da indústria, dos partidos políticos, do movimento docente, da CUT e de tantas outras.

Se de um lado, as mudanças vivenciadas pela sociedade brasileira dos anos de 1980 para cá vão explicitando nos diferentes âmbitos os interesses que a acumulação de capital impõe a todos, contraditória e antagonicamente vêm se explicitando também interesses da força de trabalho no que diz respeito ao acesso ao conhecimento, às oportunidades escolares e à definição de políticas educacionais”. (SANFELICE, 2003:168).

Se essas análises apresentam alto teor explicativo, de caráter epistemológico dialético, permitindo-nos um maior grau de aprofundamento, em termos de análise da realidade para compreendê-la e transformá-la, coloca-se como contraponto a essa

perspectiva, a visão pós-moderna e pós-estruturalista, que ganhou espaço ampliado no Brasil, inclusive com a efetiva produção dos historiadores da educação que se dedicaram aos estudos culturais, tendo como referência principal os franceses da terceira geração da Escola dos Annales.

Como esclarece, Iole Trindade, *“os estudos culturais se valem de uma bricolage de campos do conhecimento, neste texto privilegiarei as contribuições do próprio campo dos estudos culturais, associadas às de outros campos, como o pós-modernismo, o pós-estruturalismo, e os estudos da análise crítica do discurso, em sua versão foucaultiana. O campo dos Estudos Culturais é marcado por uma identidade cambiante, delineada pelas transformações na concepção de cultura. Ao opor-se à concepção de cultura como conjunto de grandes obras cuja produção e apreciação são privilégio de um grupo restrito de pessoas, os estudos culturais propõem uma nova interpretação de cultura que corresponde ao modo de visão global de uma sociedade.”* (TRINDADE, 2004:111).

Ainda nos esclarece Trindade, que os estudos pós-modernos permitem examinar, por exemplo, tal como realiza em seu trabalho de pesquisa sobre cartilhas, que esses textos constituem artefatos culturais constituídos por discursos que estavam em vigor à época de sua elaboração e que também se constituem como constituidores de novos discursos. Além dessa contribuição dos estudos pós-modernos, a autora ressalta os estudos pós-estruturalistas que possibilitam examinar a centralidade da linguagem, a partir da análise de discurso, dado que para os estudos culturais, o processo de conhecimento e de representação não se dissociam.

A atenção que mereceu o campo da História Cultural gerada no Brasil, a partir dos autores referenciados, em quase todos os textos dos pesquisadores egressos dos programas de pós-graduação, especializados nessa área de produção historiográfica, parece expressar uma das suas estratégias, qual seja a de afirmar a importância desses estudos, em contraposição aos estudos derivados do materialismo histórico-

dialético, como se a epistemologia dialética pudesse dificultar ou mesmo obnubilar a visão dos historiadores, pela ênfase dada aos movimentos de caráter macro-estrutural.

Assim, configura-se uma opção epistemológica de caráter mais centrado nas singularidades, para afirmar-se essa perspectiva teórica como potencialmente mais rica, pelo fato de superar, como afirmam seus adeptos, as análises que homogeneizam o real, perdendo a riqueza de suas múltiplas nuances as quais não se deixam apreender por quadros teórico-metodológicos, que tentam conformar a realidade ao modo de pensar do pesquisador.

De modo contrário, como lembra VIDAL, foram as “viragens” no campo da história da educação nos anos 90, que permitiram um afastamento das macro-análises, voltando-se para os estudos de aspectos do cotidiano escolar, como por exemplo, aqueles que geraram, no Brasil, um amplo conjunto de estudos em torno da Disciplina Escrita.

Essas contraposições necessitam de clarificação, do ponto de vista histórico, epistemológico e político, dado que não se encontra na postura dos pesquisadores filiados ao materialismo histórico-dialético, no caso específico de alguns integrantes do Histedbr, o desconhecimento da potencialidade dos estudos das diversas dimensões da realidade, produzindo novas análises sobre novos objetos, a partir de novas fontes.

O que causa distanciamento entre as duas principais vertentes da historiografia brasileira da história da educação, é, ao meu ver, a recusa do reconhecimento da historicidade dos processos que atingem não apenas a produção de novos estudos, mas, sobretudo, os pesquisadores que eliminam as conexões entre a prática da pesquisa científica e a prática de intervenção na realidade social.

Os abrigos em que se alojam os filiados aos micro-estudos e micro-análises parecem permitir a formatação de suas concepções, tendo como referência realidades e prioridades históricas muito distanciadas da nossa, na qual sequer se logrou alcançar,

ainda que tenhamos eleito um representante da classe operária para presidente, a distribuição da renda, da terra, da educação e da cultura, como ocorreu na França, desde o século XVIII.

Do ponto de vista epistemológico, o que poderia ser mais esclarecedor para o nosso momento histórico, do meu ponto de vista, seria incorporar a visão multifacetada do real despedaçado e, ao mesmo tempo homogeneizado pelo capitalismo, em análises que possam articular as múltiplas dimensões do real, com os processos que são acionados pelo capital, que intenta, de formas diversificadas, fazer subsumir as particularidades históricas num único cenário, em todo o mundo, do leste ao oeste, do norte ao sul.

Do ponto de vista político, o que me parece inadiável na nossa história, na condição de pesquisadores individuais e coletivos, é a realização de práticas de pesquisa e de embate epistemológico e ideológico articulados, para o enfrentamento das medidas políticas que estão sendo criadas, a partir do Estado e em consonância com o mercado, com a finalidade de destruir as bases históricas da escola pública e gratuita, que nem mesmo se consolidou no Brasil, como espaço de democratização da ciência e da cultura.

Deixando de lado as nossas idiossincrasias, destaca-se a necessidade histórica de concretizarmos os nossos discursos, as nossas intenções, as nossas metodologias, para além dos interesses de caráter mais imediato e individual, tão amplamente difundidos, sob a égide do pragmatismo que invadiu, de forma devastadora as universidades brasileiras.

Essa proposição nos sugere, portanto, o resgate do que construímos no passado, para focarmos o presente, com olhos postos no futuro, redimensionando as nossas rotas de navegação, em busca de outras possibilidades históricas que permitam a todos os seres humanos alcançarem a cidadania plena, que não será uma doação da burguesia, mas uma conquista da maioria dos trabalhadores, para além do capitalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FILHO, Luciano Mendes.(org.). **Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes.** Belo Horizonte: HG Edições, 1999.

HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos. **O breve século XX 1914-1991.** São Paulo.Companhia das Letras, 1995.

LOMBARDI, J. Claudinei & NASCIMENTO, M.Isabel M. (orgs.) **Fontes, História e Historiografia da Educação.**Campinas,SP: Autores Associados:HISTEDBR; Curitiba,Pr Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2004.

LOMBARDI, J.Claudinei. (org.) **Temas de pesquisa em educação.** Campinas,SP: Autores Associados, 2003; HISTEDBR; Caçador,SC: UnC,2003.

ROSAR, M.de Fátima Felix. **Programação editorial recente da área da história da educação no Brasil: perspectivas historiográficas plurais.** Projeto de pesquisa aprovado no DEFHE, da Faculdade de Educação da Unicamp, em novembro de 2002.

SAVIANI, Dermeval.História das idéias pedagógicas: reconstruindo o Conceito. IN: FILHO, Luciano Mendes.(org.). **Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes.** Belo Horizonte: HG Edições, 1999.

TRINDADE, Iole Maria Faviero. **A cartilha maternal e algumas marcas de sua aculturação.** IN: Revista Brasileira de História da Educação. SBHE, jan/jun. No.07,2004.

VIDAL, Diana & GVIRTZ, Silvina. História da Educação Compara na América Latina: um caso para repensar algumas suposições (o ensino da escrita e a conformação dea modernidade escolar no Brasil e na Argentina, 1880-1940). IN: FILHO, Luciano Mendes.(org.). **Pesquisa em história da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes.** Belo Horizonte: HG Edições, 1999.

